

# O flagelo dos homens de bem: Antônio de Souza, fazeres científicos, abolicionismo e civilização no Brasil nos oitocentos

“The scourge of good men”: Antônio de Souza on scientific activities, abolitionism and civilization of 1800’s Brazil

Magno Francisco de Jesus Santos <sup>a</sup>

E-mail: [magnohistoria@gmail.com](mailto:magnohistoria@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-2218-7772> 

<sup>a</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Departamento de História, Natal, RN, Brasil

## RESUMO

No alvorecer do século XIX, o sergipano Antônio Moniz de Souza (1782-1857) empreendeu uma longa viagem pelas províncias de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia no intuito de realizar estudos acerca de elementos da natureza e da população do Brasil. O resultado dessa viagem foi publicado como livro em 1834, no qual foram discutidas as mazelas culturais e morais das sociedades nas províncias visitadas e reveladas as suas acepções acerca do abolicionismo e da dicotomia entre barbárie e civilização. Neste artigo, temos o propósito de analisar a escrita de Antônio Moniz como instrumento de construção de uma leitura na qual se constituiu a distinção entre Brasil e Portugal, bem como elucidou os entraves ao processo de construção da civilização no Império do Brasil em decorrência da ausência de liberdade da população escravizada.

## PALAVRAS-CHAVE

Costumes; Memória; Expedição científica

## ABSTRACT

In the dawn of the 19th century, Antônio Moniz de Souza (1782-1857), born in the province of Sergipe, undertook a long journey across the provinces of Pernambuco, Alagoas, Sergipe, and Bahia to study elements of Brazil’s nature and population. In 1834, the result of this journey was published as a book, in which the moral and ethical struggles of the visited populations were discussed, revealing the author’s understanding of abolitionism and the dichotomy between savagery and civilization. First, this article analyzes Antônio Moniz’s writing as a means of building a view that separated Brazil and Portugal; then, we will discuss how Moniz understood the obstacles to the process of civilizing the Brazilian Empire, namely, the lack of freedom of the enslaved population.

## KEYWORDS

Traditions; Memory; Scientific expedition

## Introdução

10 de dezembro de 1846. No fim da tarde, às cinco horas, o presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Cândido José de Araújo Viana, abriu a 158ª sessão ordinária do sodalício. Em meio à aprovação de atas e informes, o sócio correspondente, coronel Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva, fez a doação de um manuscrito. De acordo com as Atas de 1846,

O sócio correspondente o Sr. Coronel Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva faz donativo ao Instituto do manuscrito – *Descobertas curiosas que nos reinos vegetal, animal e mineral, por sítios e sertões vários das brazílicas províncias da Bahia, Sergipe e Alagoas, fez o capitão Antônio Moniz de Souza e Oliveira: 1824* (IHGB 1846, p. 557).<sup>1</sup>

A doação de manuscritos para a Casa da Memória do Brasil, como era conhecido o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), não constituía uma exceção nas ações de homens de letras ao longo do século XIX. Ao contrário, era recorrente a iniciativa de letrados engajados com a finalidade de contribuir para a constituição do acervo da principal instituição de memória do país. Assim, cumpria-se a diretriz preconizada pelo Artigo 1º do Estatuto do IHGB de 1838, no qual, o “Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tem por fim colligir, methodizar, publicar ou archivar os documentos necessários para a história e a geografia do Império do Brasil” (IHGB 1839, p. 18). Essas iniciativas também elucidavam uma preocupação com a inserção no seleto grupo de homens letrados, sócios da instituição, ou seja, a doação de livros possibilitava o reconhecimento pelos pares, ao provocar a abertura de uma maior visibilidade para as suas obras. A doação de livros tornou-se um dos critérios para a admissão de sócios, por meio de avaliação realizada por uma comissão. Esse foi o procedimento adotado na admissão de sócios como Varnhagen, Laudelino Freire e Raphael Galantti (SANTOS 2019). É importante ressaltar que o sodalício foi marcado pela pluralidade de modelos explicativos acerca do passado nacional. No caso de Souza, percebe que seu

*1 Optei por manter a grafia original das fontes consultadas.*

texto adotou uma postura crítica à escravidão e ao passado português, modelo que o IHGB, criado anos posteriores, iria se afastar, mas atendia a um campo de investigação do sodalício: um livro de viagens.

Outra questão relevante relaciona-se à temática do manuscrito. Tratava-se de literatura de viagens, estilo amplamente valorizado no âmbito do IHGB. A questão das fronteiras do país foi um campo de investigação primordial para o Estado Imperial, pois, como elucidou Manoel Luiz Salgado Guimarães, a questão das fronteiras constituía “aspecto relevante para um Estado que ainda estava em construção” (GUIMARÃES 2011, p. 158). Tratava-se de uma possibilidade de implementar o projeto político de reconhecimento do vasto império pelo viés científico. Ainda de acordo com Guimarães, nos primeiros anos do sodalício, parte considerável dos donativos do Estado imperial ao IHGB eram destinados ao custeio das viagens de exploração, pois, “para a realização de seus projetos especiais, tais como viagens exploratórias, pesquisas e coletas de material em arquivos estrangeiros, o IHGB se via obrigado a recorrer ao Estado com o pedido de verbas extras” (GUIMARÃES 1988, p. 9).

É perceptível como as viagens exploratórias detinham grande parte dos recursos destinados à instituição e coadunavam com os projetos políticos atinentes à instituição. O país, ao vivenciar os seus primeiros decênios como Estado soberano, necessitava de uma produção científica que explicasse o seu passado e tornasse visível as suas fronteiras e a face do seu povo. Nesse sentido, o texto de Antônio Moniz de Souza, letrado e na época já reconhecido pelo seu primeiro livro, “Viagens e observações de hum brasileiro”, publicado nos idos de 1834, apresentava grande parte dos anseios da intelectualidade nacional, com suas descrições da natureza e dos costumes nos sertões do norte do Império.<sup>2</sup> São obras que se inserem no que Valdeci Lopes Araújo entende como descontinuidade discursiva, marcada pela experiência moderna e pela crescente historicização da realidade (ARAÚJO 2008).

*2 Até os primeiros decênios do século XX, os estados do Nordeste constituíam o Norte do Brasil (ALBUQUERQUE JÚNIOR 2009). Com isso, ao longo do período imperial, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia eram províncias do norte do Império.*

Diante disso, esse artigo tem o propósito de analisar a escrita de Antônio Moniz como instrumento de construção de uma leitura na qual se constituiu a distinção entre Brasil e Portugal, bem como elucidou os entraves ao processo de construção da civilização no Império do Brasil em decorrência da ausência de liberdade da população escravizada. Busca-se entender como construiu uma leitura da sociedade brasileira a partir de suas viagens. Trata-se de um texto relevante acerca dos sertões brasileiros, observados ao longo da segunda década do século XIX, e descritos no período imediatamente posterior à independência. O discurso pautado na constituição dos fazeres científicos tem como eixo norteador a construção da distinção entre o povo brasileiro e o português, por meio do uso da dicotomia barbárie e civilização. O livro revela uma preocupação em edificar o rompimento do Brasil em relação a sua antiga metrópole, ao construir uma narrativa na qual busca expressar a diferença entre o brasileiro e o português, considerando a escravidão do negro como um grande entrave à civilização.

O livro publicado nos idos de 1834, tem 213 páginas e foi dividido em 64 capítulos, que versam sobre a natureza, descrições críticas das práticas agropastoris, descrição dos costumes de sertanejos, ciganos, negros escravizados e indígenas, além da notícia sobre “a revolução do Brasil em 1821”, nas províncias da Bahia, Sergipe e Alagoas.

Permeada por descrições da natureza, a obra remete à identificação dos vícios que perpassavam a sociedade brasileira no emergir oitocentista. Os costumes da pátria novel foram descritos no sentido de apontar para possíveis soluções, no intuito de se forjar uma civilização nos trópicos, por meio da eliminação das mazelas intrínsecas no convívio social das províncias visitadas. A “Descrição dos usos e costumes do Brasil” pode ser entendida como a escrita acerca da vida cultural dos sertões, mas também como um manual no qual o autor elucidava as soluções para os problemas existentes no nascedouro país.<sup>3</sup>

*3 Algumas dessas questões foram retomadas no alvorecer do século XX, com Euclides da Cunha, em “Os sertões”, publicado em 1902 (CUNHA 2004).*

O artigo foi dividido em três momentos. O primeiro tem como foco a inserção de Moniz nos fazeres científicos no Brasil, por meio dos registros acerca do processo de edição do livro. Com isso, torna-se possível compreender as práticas de sociabilidade do letrado ao longo dos primeiros decênios do século XIX. O segundo analisa a trajetória de Souza na província do Rio de Janeiro, com ênfase para a sua postura abolicionista, por meio do cotejo entre as memórias de sua trajetória, publicadas no livro de 1834, e os registros da imprensa brasileira ao longo da primeira metade do referido século. O terceiro momento discute a escrita sobre os costumes no Brasil, no qual, enfatiza-se a permanência da herança cultural lusitana como um entrave no processo de inserção do país no rol das nações civilizadas, com críticas à escravidão e defesa da liberdade.

## Moniz, os impressos e os fazeres científicos no Império do Brasil

Um elemento de considerável relevância na obra de Antônio Moniz de Souza é a presença de registros que possibilitam a compreensão da trajetória da obra e do próprio autor. Isso se torna possível em decorrência de dois textos que antecedem às descrições empreendidas pelo autor: a advertência dos editores e os traços biográficos. Nesses textos, a trajetória do viajante pelos sertões do Brasil foi descrita de forma minuciosa, como um elemento de apresentação do pesquisador entre os homens de letras que se aventuraram nas viagens de reconhecimento da natureza nacional. Tratavam-se de leituras lineares, que perpassavam pelo viés cronológico, no qual a trajetória do autor se deslocava em direção ao conhecimento da realidade nacional. Desse modo, tais escritos podem ser vistos como indícios relevantes acerca das práticas de sociabilidades do autor, assim como da circularidade do manuscrito antes da impressão. Além disso, eles também expressam os elementos de sedução dos textos biográficos, como alerta Pierre Bourdieu:

O relato, seja ele biográfico ou autobiográfico, como o do investigado que “se entrega” a um investigador, propõe acontecimentos que, sem terem se desenrolado sempre em sua estrita sucessão cronológica (quem já coligiu histórias de vida sabe que os investigados perdem constantemente o fio da estrita sucessão do calendário), tendem ou pretendem organizar-se em sequências ordenadas segundo relações inteligíveis (BOURDIEU 1998, p. 184).

O livro “Viagens e Observações de hum brasileiro” foi publicado pela Typografia Americana de I. P. da Costa, localizada na Corte, rua da Candelária, número 4. Ela foi administrada, até 1850, por Ignácio Pereira da Costa, responsável pela edição de livros e jornais que circulavam em diferentes províncias. Tratava-se de uma das tipografias de maior atuação no país, ao longo da primeira metade do século XIX, com a publicação de obras que se tornaram exitosas no campo editorial, entre os quais se destacou o romance “A Moreninha”, de Joaquim Manuel de Macedo, um dos mais proeminentes pensadores da história do Império do Brasil e professor catedrático de Corografia e História do Brasil no Colégio Pedro II.

Foi Ignácio Pereira da Costa quem escreveu a apresentação do livro, intitulada “Advertência dos Editores”. Nesse texto, o editor fez uma descrição do panorama das publicações no Brasil e do papel desempenhado pelos impressores no processo de formação dos valores morais da sociedade. Para Isabel Lustosa, os mediadores culturais que atuaram na imprensa brasileira no pós-independência eram homens que se viam com a missão pedagógica de formar e orientar politicamente o povo, portanto, “a imprensa foi o meio privilegiado de sua ação” (LUSTOSA 2000, p. 33).

Na concepção de Costa, os impressores seriam os responsáveis pela seleção de obras que engradecessem as normativas da virtude. Diante disso, mais relevante do que os lucros oriundos com as vendas dos livros, era o combate à ação que espalhava “cega e promiscuamente o bem e o mal, sem attender a mais, que ao diminuto lucro, que d’alli

lhe resulta” (COSTA 1834, p. 3). Ao estabelecer os princípios normativos das obras publicadas em sua tipografia, o editor elencou algumas das qualificações do livro de Antônio Moniz de Souza e da sua contribuição para a sociedade brasileira. Assim, “procurão dar à luz as obras que propagando o saber, e a virtude, pugnão pela obediência às leis, e manutenção da ordem” (COSTA 1834, p. 3).

A publicação era tida como um sinal das atribuições qualitativas do livro de Moniz de Souza, por propagar questões civilizadoras. O texto apresentava os elementos para uma formação cívica. Por esse motivo, Ignácio da Costa apresentou a publicação como uma questão de interesse público do povo brasileiro:

Sacrificando muitas vezes nosso interesse à considerações de utilidade publica; e para continuar nesta carreira, que ha muito encetámos, empreendemos publicar as viagens, e observações feitas no interior por hum nosso Patrício, cujo natural talento, zelo incansável, e sorte infeliz, são dignos do maior interesse da parte dos Brasileiros (COSTA 1843, p. 3).

As qualificações acerca do texto não ficaram restritas ao editor. No processo de avaliação do manuscrito, o jornal “Sensor Brasileiro”, no dia 24 de junho de 1828, apresentou um parecer favorável à publicação, ressaltando o investimento das potências europeias no implemento de expedições científicas para a exploração de diferentes regiões do Brasil, com cientistas como Langsdorft, Saint-Hillaire, Spix, Martius e Neuwitt. Esses homens de ciência teriam apresentado as descobertas das riquezas brasileiras ao mundo, por meio de seus livros. Todavia, o manuscrito de Antônio Muniz de Souza era inovador, pois revelava o Brasil visto por dentro, por um cidadão nascido nos sertões da vila de Campos, província de Sergipe, nos idos de 1782. Ignácio Pereira da Costa transcreveu a apreciação dos editores do Sensor Brasileiro:

*Antônio Muniz de Souza* depois de gastar doze anos em viagens nas Províncias de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, e Bahia, vindo por terra d'aquella Cidade à esta, recolhendo com cuidado todos os productos raros, explorando todos os rios, vivendo no meio dos indígenas, cujas tradições, costumes e usos notava, tomando conhecimento da situação das mais ricas minas de ouro, e pedras, chegou finalmente à esta Côrte, onde pretende publicar huma relação, que esperamos com impaciência, por nos persuadirmos, que encontraremos nela exactidão, factos curiosíssimos, noções interessantes, e propriedades de vegetaes até então só conhecidas pelos Crioulos; e ultimamente huma singeleza e naturalidade, que em vão procuraríamos em huma só das muitas páginas, que agora se escrevem entre nós (COSTA 1843, p. 3-4).

A apreciação dos editores de o *Sensor Brasileiro* é enfática em demonstrar o caráter inovador dos escritos de Antônio Moniz de Souza. O Império do Brasil, nação em processo de construção e que havia conquistado a independência frente a Portugal nos idos de 1822, poderia firmar-se como um centro de produção de conhecimento científico, por meio do olhar descritivo de um homem nativo dos sertões. Como afirma Moisés Frutuoso, "A imprensa, em virtude do seu aspecto pedagógico, teve atuação importante na divulgação do novo vocabulário político, do qual faziam parte termos como nação, pátria, constituição, liberdade, entre outros" (FRUTUOSO 2016, p. 45-64). Certamente, o livro poderia ser visto como um indício dos primeiros passos da formação de cientistas nacionais, capazes de inventariar as riquezas naturais do Império e descrever os aspectos culturais do jovem país.

Inicialmente, o livro "Viagens e observações de hum brasileiro" deveria ser publicado em dois volumes,<sup>4</sup> mas o processo de editoração tornou-se letárgico, fato que resultou na publicação de críticas por parte da imprensa carioca. O jornal "Aurora Fluminense", em 1833, publicou um texto de divulgação dos dois volumes que seriam publicados pela *Typographia Americana*:

*4 De acordo com Laura Santos, o segundo tomo teria sido publicado em 1946, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (SANTOS 2008, p. 102). Todavia, neste ano ocorreu a doação do manuscrito deste livro para o IHGB e tal obra só foi publicada cem anos depois, em 1946, na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.*



## Annuncio

As viagens e observações de nosso viajante nacional, o cidadão Antônio Moniz de Souza, empastadas em manuscritos, desde 1828, por inconvenientes não menos prejudiciais, a sorte deste benemérito cidadão, do que ao interesse que todos os Brasileiros e Estrangeiros devem ter de entrar no conhecimento de tantos, riquíssimos produtos do nosso abençoado clima, uns de todo desconhecido, outros até agora desprezados, estão finalmente sob o prelo: na Typographia Americana, e o primeiro tomo sahirá brevemente à luz com a descripção dos usos e costumes dos habitantes; a viagem de Campos, e alguma anedoctas da guerra de independência em certas Províncias do Norte.

O segundo tomo conterà o cathalogo de várias ervas, raízes, lenhos, rezinas e outras drogas, assim como o resto das viagens, e sem demora seguirá o primeiro.

Roga-se, portanto, aos Srs. Subscriptores que se diguem quanto antes levar o importe da subscripção às lojas abaixo declaradas, e igualmente adverte-se aquellas pessoas que ainda não subscreverão para obra tão curiosa e útil, que as subscripções se fazem e pagão na mesma Typographia Americana, rua de traz do Hospício, n. 160; João Pedro da Veiga, rua da Quitanda esquina da rua de S. Pedro e Evaristo Ferreira da Veiga, rua dos Pescadores. O preço da subscripção hé de 4\$000 rs pelos dois tomos, cada um dos quais será vendido avulso por este preço (AURORA BRASILEIRA 1833, p. 4).

O documento escrito um ano antes da publicação do primeiro tomo das “viagens” expressa outras inquietações acerca do processo editorial no Império do Brasil ao longo do período denominado de primeiro reinado. Apesar de ser vista como uma leitura útil e de tornar conhecidos os produtos nacionais, a obra teria passado seis anos no prelo. Certamente, trata-se de um período excessivamente longo para a publicação de um livro que teria sido apreciado como tão relevante para a formação patriótica e cidadã dos brasileiros, como também para o conhecimento do país em outras nações. O registro elucida a forma pela qual permaneceu sem ser publicado, em forma de manuscrito, mas sem expressar os motivos dessa letargia nesse processo.

Uma causa possível teriam sido as limitações financeiras do autor. Apesar de sua iniciativa de aventurar-se pelos sertões do Brasil fosse descrita como um ato heroico, digno de um cidadão patriótico, os recursos para o fomento de tais viagens aparentemente não corresponderam aos elogios. Possivelmente, as sociedades científicas e as lideranças políticas não custearam as viagens, pelo menos não da forma esperada pelo viajante.<sup>5</sup> A família do escritor era de origem humilde (era filho de um fazendeiro) e também não apresentava condições de fomento para expedições dispendiosas como as que foram empreendidas por Antônio de Souza. Ao que parece, nas viagens, o auxílio originou-se da espontaneidade dos moradores dos sertões, que o recebiam, abrigavam-no e o alimentavam; e de amigos brasileiros e estrangeiros, que apoiavam suas expedições pelo seu caráter científico.<sup>6</sup> Por outro lado, o apoio para a publicação tornou-se ainda mais fragmentado, permeado de promessas por vezes esquecidas. Para Ignácio Pereira da Costa,

Fazem hoje perto de cinco annos que o *Censor* escrevia tão favorável attestado; a *Aurora*, o *Echo*, e muitos outros jornaes bem conceituados, se expressavão no mesmo sentido, mas nem por isso a obra de *Antônio Muniz de Souza* progredio; (...) Houve demora, e até desleixo da parte das pessoas de posse dos manuscritos, e esta circumstancia combinada com a falta de meios do Author, occasionou tão considerável perda de tempo, e talvez inutilisaria de todo hum trabalho tão útil, se não tomássemos à nossa conta reparar esta injustiça (COSTA 1834, p. 5-6).

A publicação tornou-se possível em decorrência do apoio das subscrições e do apoio do proprietário da Typographia Americana. A possível ausência de auxílio por parte dos homens de letras e do Estado brasileiro no tocante à publicação pode corroborar para a leitura na qual Antônio Moniz de Souza teria sido um letrado marginalizado ou silenciado pelos seus pares. Isso explicaria a relutância de outras tipografias em publicar o livro escrito por um homem que não possuía formação nas academias europeias, nem nas recém-criadas

*5 De acordo com as memórias do autor, pelo menos em duas viagens ele teria recebido apoio por parte do Estado brasileiro e de amigos, com "huma generosa subscrição" (SOUZA 1834, p. 16). Um indício desse auxílio é o fato de o livro "Descobertas Curiosas", publicado postumamente no Instituto Histórico da Bahia em 1946, ter sido dedicado ao imperador Pedro I. Com isso, é possível afirmar que a descontinuidade do apoio tenha motivado o acirramento das críticas do autor ao Império, principalmente, na década de 1830.*

*6 Tanto a caracterização dos fazeres científicos como ato heroico, como a recepção de viajantes por moradores dos sertões não foram experiências exclusivas de Antônio de Souza, mas prática recorrente entre os viajantes.*

faculdades brasileiras.<sup>7</sup> Todavia, essa interpretação parece-nos apressada, pois o “homem da natureza brasileira” foi reconhecido pelos homens de letras de seu tempo e ainda foi tido como uma referência, até meados do século XX,<sup>8</sup> pois Moniz era merecedor “de dotar Sergipe de um monumento cultural digno do nome que possui e de que tanto se orgulha Sergipe e que tanto inebria os seus filhos” (REIS 1936, p. 10). Além disso, não considera o seu processo formativo como botânico no Convento São Francisco do Rio de Janeiro entre 1809 e 1812.<sup>9</sup>

Ao longo da primeira metade do século XIX, contudo, Antônio Moniz de Souza foi recorrentemente elogiado na imprensa da Corte, como um pesquisador que contribuía para a construção de uma civilização no jovem império, ao retirar da penumbra uma realidade desconhecida por grande parte da população do país. Além disso, ao longo do terceiro decênio do século XIX, ao passo que eram criadas instituições responsáveis por congregar letrados, Antônio Moniz de Souza passava a se destacar, ou se tornando sócio ou por meio de elogios. Isso demonstra como o desinteresse de Moniz de Souza referendado no prefácio constituía um instrumento retórico, amplamente utilizado por homens e mulheres letradas do século XIX, ou seja, ao mesmo tempo que apresentava uma suposta inferioridade intelectual, reivindicava a inserção entre os pares letrados.

Uma prova disso foi a sua eleição para se tornar sócio da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional, na sessão realizada na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, no dia 3 de fevereiro de 1832. De acordo com o impresso “O Homem e a América”, “não havendo mais objetos da ordem do dia a tratar, procedeu-se a admissão de novos Sócios e foram recebidos os Srs: (...) Antônio Moniz de Souza” (O HOMEM E A AMÉRICA 1832, p. 2). Essa, certamente, constituiu-se uma forma de agraciar um homem de letras que tinha uma atuação de luta em defesa da Independência do Brasil nas províncias de Alagoas, Sergipe e Bahia. Além disso, o pesquisador, que se tornaria reconhecido como o “philosopho da natureza”, também

*7 De acordo com Manoel Andrade, o viajante teria sido silenciado em decorrência de não possuir formação superior. Por outro lado, o autor elucida a formação no Convento São Francisco do Largo da Carioca, com estudos de botânica (ANDRADE 2017).*

*8 Alguns dados biográficos de Antônio Moniz de Souza estão apresentados em Guaraná (1916, 1925), Bittencourt (1913) e Freitas (2006).*

*9 De acordo com Jorge Carvalho do Nascimento, no Convento São Francisco do Rio de Janeiro, Souza “aprendeu Botânica com o famoso naturalista brasileiro, José Mariano da Conceição Veloso” (NASCIMENTO 2005, p. 15).*

foi homenageado por uma das principais agremiações de letrados da época, a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. De acordo com o jornal "A Aurora Brasileira",

O Sr. Antônio Moniz de Souza, naturalista prático, de quem já temos dado notícia, recebeu do Secretário da Illustre Sociedade de Medicina a seguinte carta de agradecimentos:

Illm. Sr. – A Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, a qual forão presentes duas remessas que V. S. lhe fez de várias Drogas Medicinaes tiradas dos Productos Naturaes deste Paiz, me encarrega de participar a V. S. que ella recebeu estes objetos com muito agrado e mandou proceder a exames e experiências a respeito dos mesmos, a fim de serem aproveitados na therapeutica em benefício da humanidade enferma, e principalmente dos Povos do Brazil, libertando-os da dependência de importarem recursos dos quaes existem melhores, ou iguaes em solo pátrio. O resultado das referidas indagações será publicado no jornal da mesma Sociedade. Entretanto, ella me incumbe de agradecer e louvar em seu nome a V. S. o zelo e trabalho que emprega em colher, revelar e fazer avaliar as riquezas que o Brazil possui neste gênero, concorrendo assim para a illustração, augmento e prosperidade da Pátria (AURORA BRASILEIRA 1834, p. 3-4).

Percebe-se como o pesquisador da natureza brasileira buscou construir um diálogo com os homens de letras vinculados a algumas das principais instituições acadêmicas do Império do Brasil. Certamente, essa foi uma estratégia utilizada na busca por reconhecimento, de inserção na seara dos cientistas do país. O reconhecimento ocorreu tanto por meio da nomeação para integrar algumas sociedades, como foi o caso da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional, para a qual Antônio Moniz de Souza possuía notabilidade, pelo fato de ter lutado nas guerras de Independência nos alvorecer dos anos 20 do século XIX; como pelas cartas públicas de agradecimento pelas relevantes contribuições na recolha de materiais que poderiam qualificar a produção de conhecimento acerca da cura dos males que assolavam a sociedade brasileira. Tudo isso ocorreu por meio da divulgação na imprensa da Corte, fato elucidativo para negar a hipótese de um suposto silenciamento

do letrado em seu tempo. A ausência de formação o impediu de ser chamado de doutor e de integrar as sociedades médicas, mas não lhe impediu ser elogiado por tais agremiações.

## As aventuras do “Homem da Natureza”

Destituído de uma formação acadêmica, Antônio Moniz de Souza buscou outros caminhos para a construção de sua imagem como homem de ciência. Os impressos o apresentavam como “naturalista prático”. Era a sua experiência pelos sertões que o tornava notável, digno de ser admirado pelos homens de letras do Brasil. Essa notabilidade da imagem do filósofo da natureza foi provocada por meio da doação de parte do material recolhido ao longo de suas viagens pelos sertões. Além de produzir um catálogo acerca da natureza nacional, com o registro de plantas, animais e minérios existentes nas províncias do Norte, o pesquisador recolhia amostras desses materiais para doar a algumas instituições científicas, entre as quais a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro e o Museu Nacional. No dia 11 de outubro de 1848, o jornal *Correio Mercantil* publicou uma nota do primeiro museu do país acerca das doações recebidas na constituição de seu acervo, na qual constava o nome do viajante:

### Museu Nacional

O museu nacional recebendo grande número de presentes de muitas pessoas illustradas de vários pontos do império, não convém deixar no esquecimento os nomes e as dádivas destas pessoas generosas que assim prestão um serviço às sciencias naturaes e históricas, serviço que será devidamente apreciado para o futuro.

Entre os presentes recebidos no último trimestre faz notável (...)

O Sr. Antônio Moniz de Souza, a quem o museu deve uma rica collecção d’amostra de madeira, acaba de aumenta-la com mais duas de cravo e jaca (CORREIO MERCANTIL 1848, p. 2).

Trata-se de um documento relevante, por expressar a continuidade do viajante dos sertões em suas doações de materiais para as instituições científicas do Brasil. De acordo com a notícia do Museu Nacional, as doações de Antônio Moniz de Souza eram sequenciais, responsáveis pela formação de uma coleção de madeiras do império. Era uma doação destinada ao museu que servia de vitrine do Império e, portanto, reafirmava o vínculo do viajante-naturalista com a monarquia, por meio de fomento ao acervo.

O espaço de experiência construído nas viagens de Antônio Moniz o levou a ser respeitado como exímio conhecedor dos recursos nacionais. Nos primeiros decênios pós-Independência, os viajantes nacionais contribuíam por meio da coleta e doação de materiais que passaram a compor os acervos das instituições culturais. Tais instituições atuavam como vitrines da nação. Por um lado, a própria existência expressava a inserção do Brasil entre os países tidos como civilizados. Por outro lado, os respectivos acervos denotavam a visibilidade do Brasil para a elite nacional. A formação de acervos pode ser entendida como uma preocupação que se tornou política de Estado nos primeiros decênios do Império do Brasil. Esse foi o caso da aquisição do acervo da Biblioteca Nacional, correspondente a “uma parcela nada desprezível (12,5%) da soma paga pelo Brasil a Portugal, em 1825, em troca da paz e do reconhecimento de sua independência” (ENDERS 2014, p. 103). De acordo com Dominique Sá, Magali Sá e Nísia Lima,

Com a Independência do Brasil do Reino de Portugal, em 1822, a denominação do Museu foi alterada para Imperial e Nacional. Nessa mesma ocasião, o então Secretário do Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiros do Império de Pedro I, o mineralogista José Bonifácio de Andrada e Silva, aproveitando o fato de grande número de naturalistas estrangeiros estarem chegando ao país, propôs que esses viajantes enviassem objetos de história natural ao Museu, e, em troca, oferecia facilidades e proteção em suas expedições. O Museu criou ainda, em 1824, um laboratório químico que fazia pesquisas médicas e mineralógicas, e suas

dependências serviram aos alunos das escolas superiores de engenharia e medicina da Corte e do Colégio Pedro II (SÁ; SÁ; LIMA 2018, p. 2).

Outra questão relevante para expressar a visibilidade de Antônio Moniz de Souza foi o apoio da população para a publicação de seu livro, por meio das subscrições. Trata-se de uma questão relevante acerca do mercado editorial no Brasil ao longo da primeira metade do período oitocentista. Os livros eram divulgados na imprensa, com a informação dos locais onde seriam vendidos e com estímulo para as subscrições no sentido de fomentar à publicação dos dois tomos. Portanto, trata-se da trajetória de naturalista prático que conseguiu publicar suas obras a partir do apoio de amigos, pesquisadores estrangeiros e de leitores. Por exemplo, o livro *Máximas e "Pensamentos"*, publicado em 1843, foi financiado por "amigos" do autor.

Essa interlocução entre escritor e leitor não ocorreu apenas no período posterior à publicação de seus primeiros textos. Antes mesmo dos primeiros ensaios, por meio de campanhas publicadas nos impressos da corte, parte da população corroborava com apoio financeiro no intuito de fomentar à editoração dos livros. Um apoio social que contradizia o silêncio do Estado durante o primeiro reinado. Isso está presente na nota publicada por Antônio Moniz de Souza no jornal "O Nacional" no dia 20 de fevereiro de 1834.

Hé verdade que desde a idade de 15 annos me tenho dedicado todo a este serviço da Nação não promovendo quanto posso o que lhe he útil, mas ainda o que está além de minhas forças, e tudo isto sem aspirar a outro premio que o de ser; porque creyo que o verdadeiro cidadão he aquelle que, sem ter a mira nos interesses, concorre com o contingente para o bem geral onde existe também uma parte da vantagem particular que nem sempre deve predominar em grau tão subido que passe a ser ambição causa primária de todos os males que nos tem affligido depois da revolução de 7 de Abril. Hé também sem duvida que trinta e três annos tenho empregado nas minhas indagações sobre os ricos productos do Brasil, e declaro que outros tantos empregarei a se assim puder prestar relevantes

serviços ao Brasil e a seus filhos, meus Patrícios, dos quais estou assaz pago, assim como de Philantropos Extranjeiros Inglezes, Francezes, e Americanos, cujo amor he para mim a mayor paga dos meus sacrificios, porquantos a ouro, e a prata não são bastantes para pagar o homem, que nas suas indagações arrasta perigos mortaes; e essas comendas e hábitos com que de ordinário os governos premião seus servidores, são quimeras que nada valem aos olhos do homem sensato e que aviltão aquelles que curvados as tem recebido, e se jactão de as mostrar aos olhos do Público. Finalmente o que se me diz a respeito dos inimigos da Nação, premiados, he ainda argumento invalido, porque não só sabem todos que era esse o primeiro característico do governo de D. Pedro, como também não he regra sufficiente para que eu seja perverso, e deixe de servir minha Pátria conforme entendo, e de se por um homem ser mau todos o fossem, as caramurus em 7 e 17 de Abril não teriam sido perdoados, nem existirão hoje entre nós caballado contra a nossa Liberdade, honra, e vida. São estes os sentimentos que me animam, que continuarei a ter, emquanto me lembrar que sou Brasileiro.

Antônio Moniz de Souza (SOUZA 1833, p. 4).

Um texto repleto de imagens negativas acerca das comendas atribuídas pelo Estado brasileiro. Souza articula sua assertiva por meio da construção de contrapontos entre obras úteis e maléficas, entre patriotas e interessados em riquezas. Ele constrói a autoimagem de um letrado engajado no fortalecimento dos valores patrióticos, no engrandecimento da nação. O documento elucida o patriotismo do viajante como um contraponto a atuação de D. Pedro, que tinha deixado o Brasil para assumir a coroa portuguesa. O mesmo D. Pedro a quem tinha dedicado seu primeiro texto, nos idos de 1828. Além disso, o texto também revela os bastidores da política nacional, permeada pela distribuição de títulos em troca de favores e da construção de conchaves. Às vésperas da publicação do primeiro tomo do seu livro inaugural, certamente, essa reclamação deve ter dificultado ainda mais a sua relação com o Estado brasileiro e, praticamente, encerrou as possibilidades de financiamento de novas viagens.



A sua escrita, tanto no âmbito dos livros de viagens, como na imprensa, construía uma postura crítica diante do Estado e o levou para a seara política. Também foi o momento no qual ele expressou o que entendia como verdadeiro cidadão: “aquelle que, sem ter a mira nos interesses, concorre com o contingente para o bem geral”. Essa foi uma questão retomada no livro “Máximas e pensamentos”, publicado em 1843. Um desinteresse retórico e ambíguo, no qual aparenta desprezar os títulos distribuídos pela monarquia e reafirma mágoa pelo fato de não ter sido agraciado com tais títulos.

Contudo, os dissabores na trajetória de Antônio Moniz de Souza não ficaram restritos ao texto de esclarecimento sobre os recursos de fomento às viagens científicas. No ano seguinte, 1835, o autor chegou a ser preso no interior da província do Rio de Janeiro, em um ato que foi criticado na imprensa da Corte. No dia 21 de dezembro de 1835, apenas um ano após a publicação de seu livro inaugural, o jornal “Aurora Fluminense” publicou um texto em tom de denúncia acerca dos abusos dos policiais na perseguição às pessoas associadas ao movimento abolicionista, com a prisão de Souza. O texto, assinado apenas por “Hum Maricaense”, expressa a indignação em relação ao tratamento dado a Antônio Souza,

Porém não quererei que o terror público sirva de ocasião ou de pretexto para injustas perseguições e para desfeitearem pessoas honradas com quem certas Authoridades tem ogeriza. He o cazo – O Sr. Antônio Moniz de Souza, naturalista prático, e estimado em todo este recôncavo, quer pela doçura dos seus costumes, quer pela honradez de seu caráter, em huma das suas costumadas digressões, achava-se ultimamente hospedado em Maricá, na caza de hum respeitado fazendeiro, o Sr. João Anastácio Ferreira Duque Estrada. O que há de fazer a intriga e a baixeza? Julgou que a ocasião era excellent para satisfazer miseráveis ódios, e aproveitando o ensejo quis que o Sr. Antônio Moniz, sem culpa, pagasse desavenças alheias. Foi o Sr. Moniz prezo, como *suspeito de cumplicidade em insurreição de escravos* por ordem do Juiz Municipal daquela villa, sob o pezo e authority das imputações seguintes: - 1º Que o Sr. Antônio Moniz era suspeito por não se ter apresentado. 2º Por haver despachado um preto

para o Rio Bonito. 3º Por certas amizades que tem na Corte. 4º Por ter ido ouvir as discussões a caza do Dr. Paiva fazer hum requerimento, a fim de despachar o mencionado preto (HUM MARICAHENSE 1835, p. 4).

Percebe-se como a trajetória do sergipano na corte e na província do Rio de Janeiro foi permeada de conflitos políticos, envolvendo algumas das principais lideranças da política imperial.<sup>10</sup> Dois elementos despertam atenção: o primeiro é o fato de Antônio Moniz contar com apoio de parte da imprensa da corte, com divulgação de seus textos, elogios acerca das suas jornadas pelos sertões e denúncias sobre a forma como era tratado pela oposição. O segundo condiz com o seu envolvimento com o movimento abolicionista e a suposta organização de uma insurreição escrava. Nos idos da década de 1830, ainda sob a regência de Diogo Feijó, tinha ocorrido a criação da Guarda Nacional, como um efeito de combate ao aumento dos conflitos armados por todo o território imperial. O resultado dessa ação foi o fortalecimento de alguns fazendeiros locais, que abusavam do poder, utilizando como desculpas o medo de insurreições escravas. De acordo com João José Reis, Flávio Gomes e Marcos Carvalho,

*10 De acordo com Maristela Campos, "João Anastácio Ferreira Duque Estrada (1822-1881), engenheiro, formou-se na Escola de Arquitetos Medidores de Niterói, em 1848" (CAMPOS 2004, p. 109).*

Em 1835, O Pão D'Assucar foi um dos principais fóruns da contenda política. Em fevereiro, por exemplo, o jornal afirmava em editorial que o noticiário sobre a revolta escrava baiana estava servindo de pretexto para ataques aos liberais. A repressão policial nesses dias estaria sendo usada para constranger adversários políticos do governo, uma vez que "meros indícios dão lugar às prisões, que podem ser ocasionadas pelo testemunho de dois indivíduos: isto dá lugar a terríveis vinganças" (REIS 2010, p. 33).

Aparentemente, Antônio Moniz de Souza tornou-se mais uma das vítimas dos atos perpetrados por lideranças políticas contra os adversários do governo. O defensor, sob o pseudônimo de "Hum Maricaense", ressaltou as qualidades de Souza, tido como "gênio inofensivo", que "entretém amizade com gente

de todos os partidos, com as pessoas mais respeitáveis deles, e nunca se envolveu em nenhum, porque o seu único partido he ser Brasileiro” (HUM MARICAHENSE 1835, p. 4).

O vínculo do letrado com lideranças abolicionistas, bem como as críticas tecidas à escravidão no livro publicado no ano anterior e a sua postura crítica frente ao Estado brasileiro se tornaram elementos fundantes para as acusações de opositores e a inclusão de seu nome entre os líderes de uma suposta insurreição escrava. Talvez esse tenha sido um dos motivos de sua ampla divulgação no jornal “O Philantropo”, responsável pela campanha abolicionista ao longo da primeira metade do século XIX. Em janeiro de 1849, Antônio Moniz de Souza publicou o texto “Auxiliador da Indústria Nacional”, no qual combatia, de forma veemente, o trabalho escravo, tido como “vergonhoso, minimante vergonhoso, que homens nascidos na terra que nos deu o ser sofram o látego, o vergalho que lhes dilacera as carnes, *porque são escravos*” (SOUZA 1850, p. 2). Tratava-se de uma interpretação condizente com a de outros pensadores coetâneos. Em 1822, Antônio José Gonçalves Chaves escreveu:

Mas que vergonha não será a nossa, quando algum escritor Estrangeiro, cuja imparcialidade e sabedoria torne seus escriptos atendíveis, faça conhecer fora o que somos por dentro! Como deixarão de cubri-se de rubor nossas faces, quando virmos, que nossa moral e errada política he conhecida de todo o mundo civilizado!!! (CHAVES 1922, p. 215).

O problema da escravidão, tanto em Chaves quanto em Souza, perpassava pela necessidade de projetar a civilização no país. Tratava-se de romper com o vício moral, trazido pelos colonos e de reorientar o processo de formação da pátria. O cativo era entendido como motivo de vergonha para a nação. Em 1850, o impresso da corte, “O Philantropo”, publicou um texto que até então era considerado a principal biografia do “Homem da Natureza”, na qual tecia elogios às virtudes de um homem, tido como “um desses entes raros cuja missão

no mundo parece ser unicamente de derramar o bem, o bem physico e o bem moral: em uma palavra. O Sr. Moniz é uma prova visível de que os homens foram feitos à imagem e semelhança de Deos” (OLIVEIRA 1850, p. 3).

Esses qualitativos acerca das virtudes do viajante brasileiro denotavam uma questão relevante em sua trajetória: a defesa da liberdade. Ele teria sido um importante homem de letras na luta contra a escravidão, fato que o teria tornado suspeito de liderar os levantes de escravos nos idos de 1836. O texto biográfico, de 1850, foi escrito por Saturnino de Souza e Oliveira, redator do jornal “O Philantropo”, que tinha como fim “combater a escravidão doméstica entre nós, demonstrar seus negros males, e apresentar os mais seguros meios de a extinguir, e prevenir seus mais funestos resultados” (OLIVEIRA 1850, p. 1). Na biografia foi apresentada a informação na qual, “O Sr. Moniz, ainda muito moço, recebeu em herança paterna alguns escravos” e que “considerava então a escravidão debaixo do seu verdadeiro aspecto, isto é, como uma clamorosa injustiça” (OLIVEIRA 1850, p. 3). Além disso, ressaltou a ocasião na qual Antônio Moniz alforriou seus nove escravos:

O Sr. MONIZ ACABA DE DAR LIBERDADE A NOVE ESCRAVOS.

Estes entes que o Sr. Moniz e sua senhora introduziram no grêmio da sociedade civil, compõem-se de QUATRO MOÇAS E CINCO RAPAZES, alguns ainda mais brancos do que seu próprio senhor. Mas o Sr. Moniz, considerando-os como se fossem seus próprios filhos, não quis abandoná-los no meio do mundo, onde a seducção e os vícios nullificaram um tão grande beneficio (OLIVEIRA 1850, p. 4).

O texto é elucidativo para expressar as ironias e incongruências vigentes na escravidão brasileira, na qual a questão étnica tornava-se polissêmica, pois os cativos eram mais brancos do que o senhor. A questão da cor do botânico brasileiro era usada como forma de expressar que ele, no âmbito da condição social, estaria mais próximo da população negra escravizada. Além disso, percebe-se como a imprensa

do Rio de Janeiro contribuiu para construir uma representação de Moniz atrelada à luta pela emancipação da população negra. As ações do viajante eram enaltecidas como exemplos da viabilidade de construir um país civilizado, desprovido das mazelas da escravidão. Para Moniz, a edificação de uma nação civilizada deveria ocorrer apenas com a libertação da população negra do cativo. No âmbito familiar, a libertação também perpassava pela esfera da educação. A nota biográfica escrita por Saturnino de Souza e Oliveira: “Sabemos que o Sr. Muniz educa com paternal cuidado estes seus filhos de adoção, tendo duas destas crianças em um collegio desta cidade” (OLIVEIRA 1850, p. 4). Diante disso, torna-se necessário entender como Antônio Moniz discutiu a edificação da civilização brasileira.

### “As observações de hum brasileiro”

O livro de Antônio Moniz de Souza expressa duas preocupações centrais: o reconhecimento da grandiosidade da natureza e o registro dos costumes dos sertões brasileiros. As práticas cotidianas da população nas províncias do norte foram descritas e avaliadas pelo autor, ora considerando as suas potencialidades, ora condenando-as como resquícios da superstição e motivo do atraso nacional. As viagens nas províncias do norte do Império do Brasil empreendidas por Moniz, ao longo dos primeiros decênios do século XIX, apresentavam uma conotação científica de reconhecimento da botânica, com a recolha de material destinado às instituições científicas e museológicas, como também se tornaram momentos propícios para a elaboração de uma leitura acerca do futuro, com um projeto de nação.

Ambas as ações se coadunam com a proposta de edificar uma civilização no país, aproximando-se das grandes nações do mundo contemporâneo. Antônio Moniz de Souza buscou pensar o seu projeto de nação civilizada a partir da realidade observada no país, considerando suas práticas culturais e a diversidade social e étnica do seu povo.

A noção de civilização em Souza perpassa pela ampliação da liberdade para negros escravizados, camponeses e mulheres, que no seu entender, eram tratadas como escravas (SOUZA 1834, p. 66). Isso seria construído por meio da educação. A associação entre liberdade e civilização não foi exclusiva de Moniz. Na famosa palestra proferida em Paris, nos idos de 1819, Benjamim Constant disse: “os progressos da civilização, as transformações operadas através dos séculos pedem à autoridade mais respeito pelos hábitos, pelos afetos, pela independência dos indivíduos” (CONSTANT 1985, p. 7). Isso demonstra como o pensamento de Moniz encontrava-se coadunado com letrados próximos da coroa. Contudo, Moniz centrou essa questão na defesa da liberdade do negro escravizado.

Por outro lado, a noção de barbárie encontrava-se coadunada às práticas culturais herdadas do mundo lusitano, como as cavalhadas, longos funerais com corpos expostos e uso da bebida. Os povos indígenas foram considerados “preguiçosos, desarranjados e obedientes à vícios, bebida da caxaça, sentimentos baixos e appetites venérios” (SOUZA 1834, p. 27). Os ciganos como perversos que vivam sobre cavalos. Em suma, a barbárie encontrava-se associada a tudo que ele considerava prejudicial à moral cristã e à liberdade. Era o que aprisionava o país ao passado.

Na construção de uma leitura permeada pelo binômio barbárie/civilização, a herança portuguesa foi tida como um elemento de permanência que deveria ser extirpado, como forma de construir a autonomia cultural. Diante disso, Moniz construiu esse modelo a partir de sua experiência (THOMPSON 2007) de viajante e observador dos sertões brasileiros ao longo da primeira metade do século XIX.

Uma preocupação recorrente ao longo de todo o livro “Viagens e observações de hum brasileiro” era atinente à moral. Edificar uma nação civilizada implicava no combate aos elementos que eram tidos como corrosivos para a formação da sociedade. Neste sentido,

A aguardente, essa peste, que infesta todo o Brasil, além dos prejuízos que causa à moral dos Povos, que a bebem desordenadamente, faz-lhes indizível damno ao físico; sendo a causa de diariamente perecerem no Brasil centenas de pessoas. O homem que se entrega nimamente à bebida, perverte a moral; perde os bons sentimentos, (...) pelo damno que a embriaguez causa ao físico, e moral (SOUZA 1834, p. 54).

Na leitura de Antônio Moniz, a bebida era tida como um dos principais motivos da desgraça nos sertões brasileiros, com prejuízos físicos e morais. Nesse caso, percebe-se uma preocupação acerca do que seria esperado nas condutas de homens e mulheres. A embriaguez era tida como um entrave para o trabalho, bem como um motivo de decadência física da população. Ao longo do texto, ao autor buscou mostrar o caráter nocivo da aguardente, ao comparar o seu teor alcóolico com o vinho. Isso elucida para uma questão relevante.

Na ótica do viajante, o progresso do Império do Brasil dependia das políticas públicas e das ações particulares, instituídas respectivamente pelo Estado e pelos senhores proprietários em relação aos trabalhadores. O ócio era tido pelo autor como um grande entrave para a construção do país. Por outro lado, Moniz também apresentou um caráter crítico em relação às precariedades das condições de vida dos trabalhadores, especialmente os africanos escravizados. Como edificar a civilização com os grilhões do cativo? A liberdade era o caminho. Ele desejava mostrar a “fôrma porque são tratados os homens que fazem a felicidade do Brasil, que são os Africanos” (SOUZA 1854, p. 36).

Certamente, o livro “Viagens e observações de hum brasileiro” tornou-se um dos principais instrumentos de reconhecimento do autor como um letrado engajado na causa da libertação da população escravizada. Antônio Moniz de Souza expressou que um dos grandes motivos do atraso da economia brasileira no período do pós-independência era decorrente das precárias condições de vida da população escravizada.

Tenho observado que a maior parte da escravatura do Brasil morre de cansaço ou oppilação, sendo que não existe semelhante moléstia, se não nos pretos; porque cauza? Porque elles trabalham sem descanso ao vento, ao sol e à chuva, de dia e de noite, e só quem passa malissimamente como elles, he que padece tal moléstia, pois nunca se observou em pessoa que, apezar de trabalhar muito; passasse bem de comida, e de tudo quanto he preciso para hum corpo trabalhado restabelecer-se, e recuperar os suores que derrama (SOUZA 1834, p. 36).

O excesso de trabalho e as precárias condições de alimentação da população negra africana foram criticados em diferentes momentos pelo autor, como forma de elucidar como essas ações adotadas pelos senhores escravocratas eram tidas como estratégias de economia e acabavam por provocar o efeito contrário, com a morte de trabalhadores. Do mesmo modo, ele apresentou uma perspectiva humanitária em relação à população africana que vivia no Brasil, por meio da denúncia dos castigos físicos que dilaceravam os trabalhadores responsáveis pela construção da riqueza da pátria.

Assim gemem os pobres homens Africanos, cujos Srs. a cada passo lhes infligem rigorosos castigos, elles com poucas forças para o pesadíssimo serviço de dia e de noite, ao sol e à chuva, faltando-lhes todo o necessário para a vida, sobrando-lhes unicamente o rigoroso castigo; que deshumanidade se observa nestes tirannos Srs (SOUZA 1834, p. 32).

Além da precária e restrita alimentação, os castigos físicos eram tidos pelo viajante como um dos problemas acerca do trabalho no Brasil. A visão generalizada na qual os africanos eram tidos como mercadoria teria provocado uma impossibilidade de aumento da produção de riquezas, pois não havia estímulos para os trabalhadores escravizados. Moniz expressou uma postura crítica em relação à forma desumana como os africanos eram tratados pelos senhores de escravos. Essa concepção acerca do trabalho escravo como entrave à civilização estava coadunada com o pensamento de José Bonifácio: "qualquer que seja a sorte futura do Brasil, elle não pode progredir e civilisar-se sem



cortar, quanto antes, pela raiz este cancro mortal, que lhe roe e consome as ultimas potencias da vida, e que acabará por lhe dár morte desastrosa” (SILVA 1825, p. 2).

O livro é permeado por descrições de abuso de poder por parte dos proprietários que matavam escravos, abusavam dos castigos físicos, restringiam a alimentação e não estimulavam a produtividade. Para o autor, essas práticas eram “o motivo porque não só morrem a cada passo os escravos, como também successivamente furtão e fogem; furtão a fim de não exhalarem as vidas pelo rigor da fome, e fogem para terem algum descanso do extraordinário trabalho” (SOUZA 1834, p. 33).

Com isso, ele tornou-se testemunha das mazelas sociais nos sertões brasileiros, como declarou: “eu tenho sido, a meu pezar, testemunha de vista, pelo mau regimen” (SOUZA 1834, p. 33). De forma impactante, ele descreveu algumas cenas de castigos realizados pelos senhores aos seus trabalhadores escravizados:

Immediatamente he amarrado a hum carro, e leva duzentos, trezentos, quatrocentos, e ás vezes mais açoites: depois de feito este brinde, retalhão lhe ás nádegas com huma navalha, deitão-lhe hum molho forte de pimentas com limão e sal, que dizem ser para não apostemar. Fortes anthropophagos! (SOUZA 1834, p. 33).

Antônio Moniz de Souza busca construir uma leitura de rejeição ao trabalho escravo no Brasil por meio de uma descrição que busca edificar uma visibilidade para as práticas abusivas dos senhores proprietários de africanos escravizados. Uma descrição minuciosa que visava atingir a sensibilidade do leitor. Tentou expressar a impossibilidade de construir uma nação livre sob o peso do trabalho escravo de sua população, pois esse seria um obstáculo à construção de uma nação civilizada. Isso não era decorrente da presença da população africana, mas da ausência de liberdade.

Essa interpretação acerca da sociedade brasileira oitocentista aproximava Antônio Moniz de Souza das primeiras gerações de letrados que viviam no país, como Bonifácio e Chaves. Mas havia elementos que os distanciavam. Para Moniz, a permanência de traços da cultura portuguesa na sociedade brasileira era entendida como um elemento a ser superado, um indício do atraso nacional. Um exemplo disso era em relação ao luto:

Nas Províncias, por onde tenho viajado, quando morre alguma pessoa todos os parentes feixão as portas por espaço de oito dias, e sendo parente longe, por três dias, além do rigoroso luto. Quantos prejuízos não tem cauzado este nojo a muitas casas! (...) Este prejuízo he herdado de Portugal (SOUZA 1834, p. 57).

O luto nas províncias do norte do Brasil era tido por Moniz como excessivamente rigoroso e insalubre, em decorrência do fechamento das casas durante oito dias. Observa-se uma problematização dos costumes, margeada por uma conotação atrelada ao higienismo, próxima das discussões vigentes nas escolas de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, amparadas pelas cadeiras de Higiene. Outra questão relevante no texto é o fato de o autor atrelar essa prática a uma herança portuguesa.

Enquanto alguns letrados tentavam projetar a nação brasileira em um suporte cultural português,<sup>11</sup> desconsiderando a possibilidade de um protagonismo das populações indígenas e africanas, Moniz preocupou-se em negar esse passado português, interpretando-o como bárbaro, um caminho que não seria trilhado pela maior parte dos sócios do IHGB. O Brasil não poderia ser a continuidade da história de Portugal. Essa leitura pejorativa acerca da herança portuguesa na formação cultural do Brasil foi apresentada de forma mais explícita na descrição do entrudo, festividade tida como “bárbaro e grosseiro costume” (SOUZA 1834, p. 58). Moniz afirmou:

*11 Após a criação do IHGB, em 1838, emergiram diferentes projetos de escrita da história nacional pautada no protagonismo português, como Von Martius, Varnhagen e Joaquim Manuel de Macedo (ENDERS 2014; ARAÚJO 2008; CÉZAR 2018). Contudo, predominou a leitura pautada no protagonismo português.*

outro igual prejuízo ingenito de Portugal sofre o Brazil, e he o seguinte. Nos três dias antes da Quaresma, Domingo, Segunda e Terça feira, (que são os taes dias chamados de Entrudo) os povos parecem ter perdido o sizo, pois à modo de loucos se lanção huns aos outros, só para o fim de se molharem e sujarem-se, com pós, tintas, barro (SOUZA 1834, p. 57-58).

A experiência da colonização portuguesa é interpretada de modo ambíguo. Se por um lado, o Brasil apresentava grandes potencialidades, com a possibilidade de inserção da população indígena no mundo civilizado; por outro, era necessário dissipar os resquícios dessa herança portuguesa ainda vigente na sociedade brasileira. Aparentemente, Antônio Moniz de Souza escreveu o seu livro, nos idos da década de 1820, inflado por ideias de combate à presença portuguesa no país do movimento antilusitano.<sup>12</sup> A leitura pautada no rompimento com o passado português teve ressonância no momento de escrita, mas no momento da doação do manuscrito ao IHGB, no segundo império, predominava o projeto de nação pautado na continuidade lusitana. No livro, Portugal foi representado como o espaço da barbárie, a antítese da civilização europeia.

Ainda me lembro de ter ouvido a hum homem sábio e prudente sobre estes assumptos, e por tal motivo dizer que entre as Nações da Europa os povos de Portugal erão considerados como Gentios Europeos. Se o Imperante quizer conhecer do grande prejuízo que soffrem as Províncias do Brazil tranzite de modo, que não seja conhecido a fim de lhe não tributarem o devido respeito, que se sobreviver aos três dias, estou certo que mandará extinguir semelhante brincadeira, a qual na verdade não he digna de Nações civilizadas, mas sim do Gentio da Europa (SOUZA 1834, p. 57).

Moniz explicitou sua visão na qual o Brasil deveria romper os seus laços culturais com a antiga metrópole, objetivando possibilitar a construção de uma nação civilizada, distante dos cânones do chamado "gentio da Europa". Para o autor, a herança portuguesa no país possibilitava o desregramento das virtudes, pois "ainda está para ser a primeira vez que eu

*12 De acordo com Gladys Ribeiro, entre a independência do Brasil (1822) e a abdicação de Dom Pedro I, o processo de construção de identidade nacional foi pautada na rivalidade, incluindo o movimento antilusitano (RIBEIRO 2002).*

viaje em taes dias, e não tenha sido testemunha de grandes desordens, pancadas, e assassinos; isto vi acontecer mesmo na Corte aonde estive três annos e meio” (SOUZA 1834, p. 56). Para o viajante, a forma de conhecer profundamente um país era percorrer os seus espaços. O espaço revelava os costumes e os vícios a serem superados. A própria Corte do Império do Brasil, com um português entronado, era tida como símbolo da barbárie lusitana presente no território nacional. Outra manifestação cultural brasileira herdada de Portugal e condenada por Antônio Moniz de Souza foi a cavalhada.

O bárbaro costume, de que vou fazer menção, foi-no também legado por Portugal, e ordinariamente se pratica no Brazil, em occasião de festividades de Igreja, ou por motivo de alguma outra festividade. Esta extravagância he caracterizada e conhecida pelo titulo de cavalhadas, (...), e separara cabeça do corpo a cada hum daquelles innocentes animaes. Não me admira ter visto tão rústico, e *bárbaro divertimento* por Sertões e mais Villas de fora, mas sim chocou-me muito ver no anno de 1825, a 2 de Fevereiro praticarem-se estas mesmas acções na Villa de Santo Amaro da Purificação, por ser huma das mais notáveis da Província da Bahia, tanto na sua população, como em riqueza. Mas coitados, elles praticão estas acções porque ouvem dizer que os seus *antepassados também as praticavão*: porem se eu por hum lado me compungia de ver a sorte daquelles irracionaes, por outra ainda mais me compadecia da rusticidade e loucura dos homens, isto he, daquelles que eu conhecia que tinham boa alma, e que só punhão em scena *tão barbara pratica* por sua extrema rusticidade, e falta de educação (SOUZA 1834, p. 60).

A escrita do viajante pauta-se em construir uma imagem pejorativa acerca do legado português na sociedade brasileira. Este legado era tido como uma expressão de barbárie, de reminiscências dos tempos pretéritos que insistiam em permanecer vigente no país em tempos de renovação e civilização. Edificar a civilização deveria perpassar pelo rompimento com o passado. O legado português, por sua natureza bárbara e cruel, deveria ser extirpado da cultura

nacional brasileira. Para se tornar uma nação civilizada, o passado deveria ser superado. O naturalista após ter andando pelos sertões e recôncavos do Norte, visitando fazendas e sítios, ciganos, indígenas e negros escravizados, pensou a civilização como um processo de rompimento com o passado, de ampliação da liberdade e com forte apelo para a preservação da vida de “inocentes animais”.

## Considerações finais

“Viagens e observações de Hum Brasileiro” é um livro que expressa importantes questões para se pensar o processo de invenção da nação brasileira ao longo dos primeiros decênios do século XIX. Primeiramente, no tocante aos projetos de difusão dos saberes, por meio do fomento à viajantes estrangeiros e nacionais no processo de reconhecimento do país. Se, por um lado, os viajantes estrangeiros adentravam o país no intuito de recolher exemplares da fauna e da flora, bem como em descrever o país e o seu povo, como forma de apresentar a nova nação para o público europeu; a atuação de homens letrados nacionais, como Antônio Moniz de Souza, reverberava outra dimensão deste processo: a inserção do Brasil entre os países que formavam botânicos capazes de percorrer grandes espaços em busca do registro científico da natureza.

O livro também pode ser entendido como um indício acerca das primeiras iniciativas de fomento à difusão dos saberes científicos no Brasil. Era um brasileiro que apresentava para os letrados da corte os aspectos centrais da natureza, dos minerais e da população que vivia no norte do Império. Os costumes foram descritos não como uma estratégia de preservação dos saberes de outrora, mas como mecanismo de reconhecimento das limitações e desvios, no intuito de possibilitar a orientação e adequação aos parâmetros tidos como modernos.

A civilização brasileira proposta por Moniz perpassava pela ampliação da liberdade: das mulheres, dos negros escravizados e do passado português. Ao percorrer os espaços,

ele denunciou a barbárie dos fazendeiros e a humanidade dos negros. A retórica de humanidade como instrumento de defesa da conquista da liberdade.

Como testemunha ocular dos movimentos de independência, Moniz de Souza atuou como o homem de letras que se inquietava com a situação sociocultural do Brasil. Criticava a existência da escravidão e a conduta tida como maléfica e desumana dos senhores de escravos. Buscava banir os elos de permanência da cultura lusitana em terras independentes. Tentava identificar a barbárie no Brasil, para edificar uma nação que enfrentava e superava o seu passado colonial, tingindo com novas cores o seu horizonte. No projeto político de Souza, o Brasil independente rompia os laços com Portugal.

Com isso, Antônio Moniz de Souza pode ser visto como um homem de letras que testemunhou importantes acontecimentos da experiência social brasileira no processo de construção da autonomia, indo da vivência nos sertões nos últimos decênios da Colônia, ao período da edificação de uma cultura nacional diferente em relação ao legado português, passando pela luta em defesa da independência. Esse transitar entre diferentes contextos sociais e políticos repercutiu em sua escrita, por meio de sua ambiguidade na defesa de um nacionalismo e na crítica a permanência da herança lusitana no Brasil. De qualquer modo, a sua escrita tornou-se um documento relevante para a compreensão acerca da dicotomia entre barbárie e civilização no período da invenção da nação brasileira.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4ª ed. Recife: Massangana, 2009.

ANDRADE, Manoel Ribeiro. **Leituras de um viajante público (1812-1846)**: o homem da natureza brasileira, seus mundos e os outros. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Sergipe, 2017.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo**: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Hucitec, 2008.

AURORA BRASILEIRA. Anuncios. **Aurora Brasileira**, n. 734, Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1833, p. 4.

BITTENCOURT, Manoel Liberato. **Homens do Brasil** – Sergipe. Rio de Janeiro: Pongetti, 1913.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: MOARES, Marieta (org.). **Usos e abusos da História**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

CAMPOS, Maristela Chicharo. **O governo da cidade**: elites locais e urbanização de Niterói (1835-1890). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, 2004.

CÉZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX**: o caso Varnhagen. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

CHAVES, Antônio José Gonçalves. Memórias econômico-políticas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, ano 2, p. 1-216, 1922.

CONSTANT, Benjamim. Da liberdade dos antigos comparada a dos modernos. **Revista Filosofia Política**, n. 2, p. 5-7, 1985.

CORREIO MERCANTIL. Museu Nacional. **Correio Mercantil**, n. 278, Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1848, p. 2.

COSTA, Ignácio Pereira da. Advertência dos editores. **Viagens e observações de hum brasileiro**: que, desejando ser útil a sua Pátria, se dedicou a estudar os usos e costumes dos seus Patrícios, e três reinos da Natureza em vários lugares e sertões do Brasil, oferecidas à Nação Brasileira. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1834.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Ática, 2004.

ENDERS, Armelle. **Os vultos da nação**: fábrica de heróis e formação dos brasileiros. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FREITAS, Itamar. Bibliografia historiográfica sobre o século XIX. **Cadernos UFS**. História, v. 1, São Cristóvão, p. 1-9, 2006.

FRUTUOSO, Moisés. Circulação de impressos e antilusitanismo em Rio de Contas, Bahia (1822-1831). In: BESSONE, Tânia (org). **Cultura escrita e circulação de impressos no oitocentos**. São Paulo: Alameda, 2016. p. 45-64.

GUARANÁ, Armindo. Antonio Muniz de Souza. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, n. 6, v. 3, p. 167-181, 1916.

GUARANÁ, Armindo. **Dicionário Biobibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Historiografia e Nação no Brasil 1838 – 1857**. Tradução de Paulo Knauss e Ina de Mendonça Rio de Janeiro: Editora Uerj, 2011.



GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, n. 1, Rio de Janeiro, p. 5-27, 1988.

HUM MARICAENSE. Correspondências. AURORA FLUMINENSE. **Aurora Fluminense**, n. 1134, Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1835, p. 4.

IHGB. Atas das Sessões Ordinárias. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Nº 8. Rio de Janeiro, 1846.

IHGB. Extracto dos Estatutos do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, n. 1, Rio de Janeiro, 1839.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos Impressos: A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Anotações sobre a botânica em Sergipe durante a primeira metade do século XIX. **Revista da Fapese de Pesquisa e Extensão**, v. 1, p. 7-22, 2005.

O HOMEM E A AMÉRICA. Rio de Janeiro na Typographia Nacional. **O Homem e a América**. Rio de Janeiro, 3 de março de 1832, p. 2.

OLIVEIRA, Saturnino de Souza e. A natureza do Brasil e um homem raro que a tem observado. **O Philantropo**, Rio de Janeiro, n. 67, 12 de junho de 1850.

REIS, Antônio Simões dos. Plancher não é o editor. **Gazeta de Notícia**, Rio de Janeiro, n. 235, 4 de outubro de 1936.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcos J. M. DE. **Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (1822-1853)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção: Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumará, 2002.

SÁ, Dominique; SÁ, Magali; LIMA, Nísia. O Museu Nacional e seu papel na história das ciências e da saúde no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 12, n. 34, p. 1-5, 2018.

SANTOS, Laura Carvalho dos. **Homens e Natureza: saberes e usos de plantas medicinais a partir do relato do viajante Antônio Moniz de Souza. Salvador (1808-1828)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, 2008.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. "Um operoso e erudito estudioso da nossa história pátria": Raphael Galanti e o ensino de História. **IHS: Antiguos jesuítas en Iberoamérica**. v. 7, n. 2, p. 42-62, 2019.

SILVA, José Bonifácio d'Andrade e. **Representação à Assembleia geral e constituinte do Império do Brasil sobre a escravatura**. Paris: Firmin Didot, 1825.

SOUZA, Antônio Moniz de. Agradecimento. **O Nacional**, Rio de Janeiro, n. 37, 20 de fevereiro de 1833, p. 4.

SOUZA, Antônio Moniz de. Auxiliador da Indústria Nacional. **O Philantropo**, Rio de Janeiro, n. 43, 20 de janeiro de 1850, p. 2.

SOUZA, Antônio Moniz de. **Viagens e observações de hum brasileiro**: que, desejando ser útil a sua Pátria, se dedicou a estudar os usos e costumes dos seos Patrícios, e três reinos da Natureza em vários lugares e sertões do Brasil, oferecidas à Nação Brasileira. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1834.

THOMPSON, Edward. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Trad. Antônio Luigi Negro; Sérgio Silva. Campinas: Unicamp, 2007.

VON MARTIUS, K. Philipp. Como se deve escrever a história do Brasil? **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, n. 24, Rio de Janeiro, 1845].

## NOTA SOBRE O AUTOR

### Magno Francisco de Jesus Santos

magnohistoria@gmail.com

Doutor em História

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Natal

Rio Grande do Norte

Brasil

## ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA

Magno Francisco de Jesus Santos

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Departamento de História.

Avenida Senador Salgado Filho, 3000. Campus Universitário

Lagoa Nova

59075971

Natal, RN - Brasil

## AGRADECIMENTOS E OUTRAS INFORMAÇÕES

Este artigo é um desdobramento do texto final apresentado na disciplina "Tópicos Especiais em Educação: o campo científico brasileiro", no Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Agradeço as valiosas sugestões dos avaliadores que contribuíram de forma significativa para adensar a discussão.

## FINANCIAMENTO

Nenhum Financiamento foi declarado.

## CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

Copyright (c)  
2020 *História da  
Historiografia:  
International Journal  
of Theory and History  
of Historiography.*  
Este é um artigo  
distribuído em Acesso  
Aberto sob os termos  
da Licença Creative  
Commons Atribuição-  
Não Comercial-  
Sem Derivações 4.0  
International.



RECEBIDO EM: 27/MAR./2020 | APROVADO EM: 15/MAIO/2020